



DIÁRIO DE NOTÍCIAS	29.DEZ.1979	DIÁRIO POPULAR	
PORTUGAL HOJE		DIÁRIO DE LISBOA	
CORREIO DA MANHÃ		CAPITAL	
DIA		TARDE	
DIÁRIO			
PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTÍCIAS			
COMÉRCIO DO PORTO			

Audiências no Palácio de Belém

Partidos reafirmam a aceitação de primeiro-ministro na área da AD

Delegações do PSD, PS, PCP, CDS, PPM e grupo de deputados reformadores foram recebidas, ontem, em Belém, completando-se o ciclo de consultas do Presidente da República às forças políticas sobre a indigitação do primeiro-ministro. Todos os sectores ouvidos reafirmaram a aceitação da nomeação do chefe de Governo na área do partido mais votado ou, por extensão, no enquadramento da Aliança Democrática.

Os partidos, repetindo, no entanto, posições já assumidas, foram clarificando o seu tipo de actuação perante o futuro Executivo.

Leonardo Ribeiro de Almeida, Carlos Macedo e Mário Adegas integravam a representação do Partido Social-Democrata, tendo o primeiro, em declarações aos jornalistas, afirmado que «o PSD se congratula com o pleno consenso existente entre os partidos da AD e o grupo de deputados reformadores».

«Existe, entre nós, o melhor espírito de entendimento e negociação», sublinhou.

Por outro lado, referiu que «foi indicado ao Presidente da República o nome de Sá Carneiro para primeiro-ministro, conforme as deliberações tomadas na coligação».

«Amanhã (hoje) Sá Carneiro deverá regressar de umas curtas férias. Talvez ainda amanhã (hoje) possa encontrar-se com o Presidente da República, que nos manifestou a disposição de convocar para uma entrevista o mais brevemente possível», declarou Leonardo Ribeiro de Almeida.

Simultaneamente, o porta-voz dos social-democratas preconizou que «o VI Governo não adoptará soluções radicais nem fará promessas». «Tentará, sim, uma gestão, dentro das suas possibilidades, de modo a satisfazer as aspirações do povo português».

E Leonardo Ribeiro de Almeida frisaria que «o Governo esforçar-se-á por servir os portugueses em geral e não os partidos da maioria criada no Parlamento».

Interpelado, entretanto, a respeito de declarações de Maria de Lurdes Pintasilgo sobre os órgãos de comunicação social, Leonardo Ribeiro de Almeida opinou que «o primeiro-ministro reconhece a parcialidade, sob o ponto de vista ideológico, do V Governo». «Aos órgãos de Informação cabe, antes, uma homenagem pela contribuição dada para o exercício do direito de livre pensamento e opinião. Não conheço Governo que possa dirigir-lhes, sem injustiça, a mais leve crítica», frisou.

PS vai ser «oposição sem obstrução»

Por seu turno, Mário Soares, que se incluiu com Jorge Sam-

paio e Jaime Gama na delegação do PS, definiu, a solicitação dos jornalistas, que o seu partido vai ser «oposição sem obstrução».

Ao mesmo tempo, disse que o PS ainda não tem estabelecido se apresentará ou não candidato à presidência da Assembleia da República.

Em relação ao Executivo de Maria de Lurdes Pintasilgo, Mário Soares disse que «os portugueses têm para com o V Governo uma dívida de gratidão, pois organizou as eleições em condições óptimas que levaram a um reduzido número de abstenções».

«Para além disso», acrescentou o secretário-geral do PS, «desenvolveu um bom contacto com a população portuguesa, que serviu de exemplo aos futuros governos».

«Claro que o PS não concordou em tudo com a acção deste Governo, teve com ele algumas divergências globais; mas, numa forma global, achou-o positivo».

Do mesmo modo, realçaria que «devido à gestão do V Governo e à gestão socialista do I e II Governos, gerou-se uma situação de desafogo financeiro que será útil ao Executivo da AD, podendo este proporcionar uma boa evolução no País».

Convidado a dar opinião sobre críticas de Maria de Lurdes Pintasilgo aos órgãos de Informação, Mário Soares disse que «casos houve em que as regras deontológicas foram desrespeitadas não por culpa dos jornalistas mas por pressões de algum poder político e económico».

«Este quadro», referiu, «suscitou algumas dificuldades à classe jornalística».

PCP preocupado com o Governo

A delegação do PCP era composta por Alvaro Cunhal, Carlos Costa e Carlos Brito. Após o encontro com o general Ramalho Eanes, o secretário-geral do PCP disse que havia expressado ao Presidente da República a sua preocupação pela próxima formação de um Governo ao serviço «do capitalismo, dos agrários e do imperialismo internacional», que «irá levar a cabo uma política contra os trabalhadores».

Alvaro Cunhal acrescentou depois que, no seu entender, o Governo da Aliança Democrática tem como objectivo «destruir o regime democrático e as conquistas de Abril», e disse que a «escassa e instável» base de apoio parlamentar da AD não lhe poderá dar «legitimidade» para introduzir alterações de fundo na vida portuguesa, até pelos escassos meses em que exercerá o poder».

CDS estará proporcionalmente representado no Governo

O CDS fez-se representar em Belém pelo seu presidente, Freitas do Amaral, e também por Rui Pena e Rui Oliveira. No final do encontro com Ramalho Eanes, que se prolongou por um período

de tempo bastante menor que as restantes audiências, Rui Pena salientou que o novo Executivo está praticamente constituído e que o CDS terá no Governo uma participação proporcional à sua presença na coligação.

Depois de considerar como «outra especulação» as notícias de eventual desacordo no seio da AD, Rui Pena disse que a coligação se mantinha como na primeira hora, estando hoje especialmente vocacionada para o problema da formação do Governo.

Na reunião que tiveram com o Presidente da República, os dirigentes do CDS salientaram, segundo Rui Pena, que o novo Governo deveria necessariamente sair dos partidos componentes da AD e deveria ser chefiado pelo dirigente do partido mais votado, ou seja Francisco Sá Carneiro.

Interrogado depois sobre se o PPM estaria representado no novo Executivo, Rui Pena disse que «poderá não ter elementos das suas cúpulas no Governo, ou pelo menos nos principais postos governativos». No entanto, acrescentou que tem havido contactos vários entre o PPM e as outras formações que integram a AD, e que ele próprio tem dialogado com Ferreira do Amaral sobre questões relacionadas com o novo Parlamento. A este propósito disse ainda que a Aliança Democrática está neste momento em fase de organização e estruturação, e mostrou-se convencido que esta será institucionalizada dentro de poucos dias.

Posteriormente, o dirigente centrista disse que o novo Governo terá como grande preocupação «manter o poder de compra dos portugueses, dar um clima de paz ao País e uma nova imagem do Estado». Por outro lado, salientou que «o facto de ser maioria não quer dizer que a AD não dialogue com a oposição, referindo que, pelo contrário, toma como ponto de honra o colocar em efectivo vigor o Estatuto da Oposição «que tem sido letra morta». No entanto, o diálogo com a oposição não significa, segundo Rui Pena, que a Aliança Democrática vá fazer conciliações.

Por fim e interrogado sobre quem seria a figura escolhida para o cargo de presidente da Assembleia da República, o dirigente centrista afirmou que ainda não tinha sido tomada qualquer decisão, e que a mesma seria assumida por consenso dos partidos que formam a Aliança.

PPM pode não estar representado no novo Executivo

No final da audiência que coube ao PPM, Gonçalo Ribeiro Teles, em resposta a uma pergunta sobre a situação do partido no conjunto da AD, disse que «não está a ser marginalizado», acrescentando unicamente que os partidos que formam a coligação não se têm reunido ao nível de comissão coordenadora, embora tenha havido contactos.

Interrogado depois sobre se o PPM estaria representado no próximo Governo, Ribeiro Teles,

que se encontrava acompanhado por Vaz Serra e Moura e por António Ferreira Pereira, assegurou que, até agora, o PPM se limitou a entregar, a pedido da AD, uma lista de nomes que eventualmente poderiam dar concurso ao Executivo, não sabendo se esses nomes serão ou não considerados. No entanto, acrescentou, que o PPM não reivindica lugares no Executivo mas não os recusa se isso for do interesse nacional».

Posteriormente, Gonçalo Ribeiro Teles referiu-se a questões relacionadas com a agricultura portuguesa, salientando nomeadamente que na zona do Norte se torna necessário aumentar a rentabilidade da produção e defender os solos com maior aptidão agrícola, enquanto que na zona do Alentejo o problema mais grave é da falta de fertilidade e de «definição no tipo de agricultura».

Reformadores dispostos a aceitar cargos no Parlamento

Por seu turno, no final da audiência com Ramalho Eanes, Medeiros Ferreira, que se encontrava acompanhado por António Barreto e Adão e Silva, salientou, em resposta a questões colocadas pelos jornalistas, que o Grupo Reformador não tinha apresentado qualquer candidatura à presidência da Assembleia da República, embora «esteja disposto a aceitar cargos que dignifiquem o Parlamento» e a tomar em devida conta um eventual convite nesse sentido formulado pela Aliança Democrática. No entanto — acrescentou Medeiros Ferreira — «quer isso aconteça, quer não, a acção dos reformadores não será banal e não serão banalizados».

No que concerne às posições que os reformadores poderão eventualmente vir a assumir no novo Executivo, António Barreto limitou-se a afirmar que não reivindicam cargos governativos, embora possam vir a participar no Governo se o primeiro-ministro a indigitar «fizer convites nesse sentido a reformadores ou a amigos de reformadores».

Tanto Medeiros Ferreira como António Barreto declararam que o Grupo Reformador privilegia, neste momento o trabalho parlamentar, razão pela qual está já a preparar material para apresentar na Assembleia da República.

Interrogado depois sobre se os reformadores têm participado na elaboração do programa do novo Governo, António Barreto, salientou que não têm feito parte das várias equipas constituídas, mas sido unicamente ouvidos «numa ou outra matéria».

Falando depois sobre eventuais desacordos existentes no seio da Aliança Democrática, Medeiros Ferreira disse que os reformadores eram «relativamente alheios às questões internas que se passam na AD», já que dela não fazem parte integrante, tendo unicamente estabelecido um acordo com o Partido Social-Democrata. No entanto, acrescentou que «os possíveis problemas internos são naturais numa coligação» e «têm sido resolvidos, até agora, num sentido positivo e num compromisso necessário à vida democrática».